

LÍNGUA OU DIALETO? CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTATUTO DA LÍNGUA DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ NA CIÊNCIA BRASILEIRA¹

Luana Ewald²

Resumo

Estudos que evidenciam a heterogeneidade linguística brasileira, quando inseridos em contextos de línguas de imigração, têm se confrontado com conceitos de língua, dialeto e/ou nação. A presente investigação objetiva discutir os conceitos de língua e dialeto em contexto de pesquisas de mestrado e doutorado desenvolvidas no Brasil acerca da língua brasileira de imigração alemã. Para tanto, realizou-se uma busca no catálogo de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), compreendendo os últimos 5 anos de estudos sobre o bilinguismo, língua brasileira de imigração, língua alemã e portuguesa, e educação bilíngue. A partir do panorama científico brasileiro, buscou-se estabelecer uma relação com as questões do que precisa ter uma língua para receber estatuto de língua, o que implica considerar o emprego dos conceitos de língua e dialeto como uma política linguística na esfera acadêmica para a “desinvenção” (MAKONI; PENNYCOOK, 2015) das línguas. A diferença entre “língua” e “dialeto”, como apresentam majoritariamente as dissertações e tese elencadas, têm uma dimensão eminentemente social, e não necessariamente linguística. Por isso, em meio ao debate político sobre o multilinguismo brasileiro, identificamos estudos no campo da dialetologia, sociolinguística e linguística aplicada que desvelam a preferência por designar língua cada vernáculo alemão falado em contextos de descendentes de imigrantes alemães no Brasil.

Palavras-chave: Língua. Dialeto. Língua Brasileira de Imigração Alemã.

LANGUAGE OR DIALECT? CONSIDERATIONS ABOUT THE STATUTE OF THE GERMAN IMMIGRATION LANGUAGE IN BRAZILIAN SCIENCE

Abstract

Studies that show the Brazilian linguistic heterogeneity, when inserted in contexts of immigration languages, have been confronted with concepts of language, dialect and/or nation. This investigation aims to discuss the concepts of language and dialect in the context of master's and doctoral research carried out in Brazil concerning the Brazilian language of German immigration. To this end, a search was made in the catalog of theses and dissertations of CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) and BDTD (Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations), comprising the last 5 years of studies on bilingualism, Brazilian language of immigration, German and Portuguese, and bilingual education. Based on the Brazilian scientific panorama, it was established a relation with the questions of what a language needs to have statute of language, which implies considering the

¹ Este artigo é um recorte da tese em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, na linha de pesquisa Política Linguística. A pesquisa conta com o financiamento do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU).

² Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – Santa Catarina – Brasil. Acadêmica em nível de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística com bolsa UNIEDU). Mestre em Educação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, com bolsa CAPES. ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-6275-0147>>. E-mail: luanaewald@gmail.com.

use of the concepts of language and dialect as a linguistic policy in the academic sphere for the “disinvention” (MAKONI; PENNYCOOK, 2015) of languages. The difference between “language” and “dialect”, as most of the listed dissertations and thesis present, has an eminently social dimension, and not necessarily linguistic. Therefore, in the midst of the political debate about Brazilian multilingualism, we identified studies in the field of dialectology, sociolinguistics and applied linguistics that reveal the preference for designating language each German vernacular spoken in contexts of descendants of German immigrants in Brazil.

Keywords: Language. Dialect. Brazilian Language of German Immigration.

1 INTRODUÇÃO

A ideologia monolinguística brasileira, como resultado de políticas pautadas na unidade da língua oficial nacional (cf. LAGARES, 2018), frequentemente resulta no imaginário da identidade de brasileiro como aquele indivíduo que só fala português (cf. CAMBRUSSI, 2007) como língua da esfera familiar. O mito do monolinguismo, como alguns linguistas (cf. BAGNO, 1999; CAVALCANTI, 1999; BORTONI-RICARDO, 2004; entre outros autores) convencionaram chamar, invisibiliza o bidialetalismo e também o bi/multilinguismo do país (CAVALCANTI, 1999), proveniente das práticas sociais de falantes brasileiros nas línguas de comunidades de descendentes de imigrantes, bem como de fluxos migratórios mais recentes, nas línguas das comunidades afrodescendentes e quilombolas, nas línguas das comunidades surdas, de zonas de fronteiras, nas línguas indígenas, nas variedades da língua portuguesa.

No Brasil, a presença de falantes de línguas de imigrantes europeus e seus descendentes, além da portuguesa, é resultado do movimento migratório (que avançou a partir da década de 1840) na formação de colônias para a “ocupação de terras públicas consideradas “vazias” [...]” (SEYFERTH, 2002, p. 119).

A antropóloga Giralda Seyferth (2002) explica que os imigrantes alemães foram escolhidos para a ocupação de terras (especialmente em áreas de floresta no Sul do Brasil), com base em uma imagem do agricultor eficiente, cultivada por uma parte da elite imigrantista, bem como pela “questão racial dimensionada na definição “branca” do colono ideal” (SEYFERTH, 2002, p. 121).

Apesar da presença da diversidade de línguas que compõem o cenário brasileiro, sua história linguística é marcada por políticas de apagamentos, em favor de uma identidade nacional homogênea, unificada (LAGARES, 2018). O debate sobre as línguas brasileiras de imigração, dentre outras línguas socialmente minorizadas no Brasil, em contrapartida, pode contribuir para fortalecer, ainda que no meio acadêmico, a compreensão do bi/multilinguismo existente no país. Consequentemente (ou concomitantemente), políticas linguísticas e

educacionais, vinculadas a essas línguas, também passam a ganhar algum espaço e visibilidade em diferentes esferas sociais, como em escolas e outras instâncias públicas.

Nas discussões acerca da diversidade linguística que compõe o bi/multilinguismo brasileiro, linguistas frequentemente têm se confrontado com conceitos de língua, dialeto e/ou nação (cf. CAVALCANTI, 1999; ALTENHOFEN, 2013; LAGARES, 2018; entre outros). A esses conceitos, estão ligadas as reflexões acerca da legitimidade de línguas minorizadas (como é o caso da língua brasileira³ de imigração alemã) e, por conseguinte, as reflexões sobre o estatuto de língua no meio social.

Diante das considerações ora levantadas, a presente investigação, com base em pressupostos do campo da política linguística, sociolinguística e da linguística aplicada, objetiva discutir os conceitos de língua e dialeto em contexto de pesquisas de mestrado e doutorado desenvolvidas no Brasil acerca da língua brasileira de imigração alemã. Para tanto, realizei uma busca no catálogo de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), compreendendo os últimos 5 anos de estudos sobre o bilinguismo, língua brasileira de imigração, língua alemã e portuguesa, e educação bilíngue.

A partir desta introdução, o presente texto está organizado em quatro partes. Na primeira, discuto pressupostos teóricos acerca da influência da formação dos estados-nação para a criação da língua e conceitos correlatos e, na segunda, descrevo os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento desta pesquisa. Na terceira, focalizo no resultado da consulta de pesquisas nas plataformas da CAPES e BDTD e busco estabelecer uma relação com as questões do que precisa ter uma língua para receber estatuto de língua nas discussões realizadas no cenário científico brasileiro. Por fim, apresento algumas considerações sobre os conceitos de língua e dialeto como uma política linguística na esfera acadêmica.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE LÍNGUA E DIALETO NO DEBATE ACERCA DO *STATUS* DAS LÍNGUAS

³ Quando falamos em língua brasileira, temos o “cuidado de especificar a categoria: língua de imigração, língua indígena, língua de dominação, língua crioula, língua afro-brasileira ou língua de sinais. À categoria língua de imigração compreendem todas as línguas introduzidas no Brasil durante o período historicamente reconhecido como imigratório, as quais são faladas por comunidades de imigrantes e de descendentes de imigrantes que, em solo nacional, preservaram seus costumes, sua cultura e sua língua de origem, sem – ao contrário do que supunha o Estado Novo (1937-1945) – deixarem de ser brasileiros” (CAMBRUSSI, 2007, p. 58)

No que diz respeito aos conceitos de língua e dialeto, conforme Haugen (2011), podemos identificar certa ambiguidade sobre sua compreensão. De um ponto de vista político-linguístico, o dialeto é uma língua que não desfruta do mesmo prestígio para ser reconhecido como tal.

No Brasil, mais precisamente, línguas de imigração e outras línguas em situação minoritária têm pouca visibilidade e força para entrarem efetivamente na agenda política e, inclusive, educacional do país, o que acaba legitimando o mito do monolinguismo nacional. Essas línguas, convencionalmente, no Brasil, tendem a ser chamadas de dialetos, enquanto o português, em uma variedade prestigiada ou na própria forma padrão, é o idioma legítimo, denominado língua.

Diante dessas e outras questões, nas pesquisas sociolinguísticas, segundo Haugen (2011), o termo “dialeto” demanda algumas considerações, destarte o problema que envolve as diferenças de compreendê-lo do ponto de vista científico e popular. A sociolinguística esclarece que dialeto corresponde a qualquer variedade linguística (HAUGEN, 2011) e, portanto, é o que as pessoas de fato utilizam nas práticas comunicativas. Podemos observar, então, que “[...] todo dialeto é uma língua, mas nem toda língua é um dialeto” (HAUGEN, 2011, p. 98), uma vez que a norma-padrão, por exemplo, é língua, mas jamais será uma variedade linguística de pertencimento de algum grupo social.

É por meio de uma ideologia linguística que se determina, também com amparo nos dicionários e gramáticas de referência, o que é língua (ALÉONG, 2011) e, por conseguinte, o que não é. A codificação da língua, a consagração de certas formas linguísticas e a exclusão de outras representam a ideologia linguística como “um conjunto de julgamento de valores amplamente difundidos” (ALÉONG, 2011, p. 141).

São essas representações sociais⁴ sobre o que é língua e o que é dialeto, presentes nos discursos hegemônicos, que determinam o que pode ser aceito como língua. O linguista francês Louis-Jean Calvet (2002) contesta certos estereótipos frequentemente formados sobre esse tema, tais como o de que língua corresponderia àquilo que pessoas “civilizadas” falam e escrevem. O entendimento sobre o dialeto, como norma social, nesses termos, resultaria do desprezo a determinadas formas de língua, distantes do ideal padrão; “é uma forma excluída da sociedade polida” (HAUGEN, 2011, p. 99).

⁴ A representação “como qualquer sistema de significação, [é] uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema lingüístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder” (SILVA, 2000, p. 91)

A partir das considerações ora abordadas, na presente seção, procuro refletir sobre os conceitos de língua e dialeto, aliados às representações de línguas em contextos de multilinguismo. Para isto, divido a seção em duas partes: (i) na primeira, apresento o surgimento das línguas (ou o imaginário de língua) motivado pelo surgimento dos Estados-nação; (ii) em seguida, trago ao debate a oficialização e a normatização da língua como uma invenção consequente da formação das nações modernas.

2.1 A INFLUÊNCIA DOS ESTADOS-NAÇÃO PARA O SURGIMENTO DAS LÍNGUAS

De modo geral, a formação de Estados-nação modernos fez das línguas um símbolo de identidade nacional, por meio do qual decorre a seleção de “uma variedade linguística específica para servir como *língua oficial*” (LAGARES, 2018, p. 69, itálico no original). Essa língua, em decorrência do mercado impresso, passa por um processo de padronização para representar a nação. Considerada um artefato cultural do nacionalismo entre “certos ideólogos nacionalistas”, a variedade padrão passa a ser tratada (equivocadamente) como “emblema da condição nacional [*nation-ness*], como bandeiras, trajes típicos, danças folclóricas e similares. Basicamente, a coisa mais importante quanto à língua é sua capacidade de gerar comunidades imaginadas, efetivamente construindo *solidariedades particulares*” (ANDERSON, 2008 [1991], p. 189, itálico no original).

A padronização de uma língua, como consequência da “invenção” ou “imaginação” (para fazer referência a Anderson (2008 [1991]) da nação, consolida a relação entre Estado, identidade nacional e língua, dando “origem” também à “invenção” do monolinguismo nacional (LAGARES, 2018). Em decorrência disso, a existência do multilinguismo é invisibilizada, e, por isso, os vernáculos que se distanciam do idioma legítimo são excluídos do repertório linguístico oficial nacional (como ocorre com as línguas de imigração e outras línguas minorizadas no Brasil). A nação moderna, pois, “foi concebida na língua”, como uma “comunidade imaginada através da língua” (ANDERSON, 2008 [1991], p. 204).

Desassociadas de um padrão escrito, as línguas em situação minoritária (como é o caso da língua brasileira de imigração alemã), vistas como distantes dos idiomas oficiais, perdem seu *status* de línguas (cf. CAVALCANTI, 1999; MAAS; FRITZEN, 2013), popularmente denominadas, então, como dialetos, distantes do “sentimento de nacionalismo”. Nesse cenário, Lagares (2018, p. 53) considera que “quando o processo de invenção da língua nacional alcança

sucesso, todas as realidades linguísticas que não se identificam com ela, como efeito colateral, passam a ser consideradas *dialetos*” (LAGARES, 2018, p. 57), reforçando o mito de nação monolíngue.

A reflexão sobre o processo de oficialização das línguas implica considerarmos a normatização como “produto de forças sociais e políticas que de fato não passam das manifestações das normas sociais” (ALÉONG, 2011, p. 167). A partir dessas forças, definidas pelas instituições de maior difusão da língua, como imprensa e escola, a legitimidade é garantida a uma língua hegemônica como de circulação no aparelho do Estado (e como consequência, outras línguas ou variedades linguísticas são invisibilizadas socialmente).

2.2 A OFICIALIZAÇÃO DA LÍNGUA: NORMAS SOCIAIS PARA NORMAS LINGUÍSTICAS

A língua nacional torna-se oficial por conta de uma imposição ou imperialismo linguístico aos falantes, como o modelo para a identificação com o Estado-nação: “Não é que a língua nacional se tenha tornado *oficial* porque já era previamente *comum* aos cidadãos; ela se torna efetivamente *comum*, em situações mais ou menos aceitáveis de diglossia, quando o Estado age com eficácia na imposição da língua *oficial*” (LAGARES, 2018, p. 57), por meio, inicialmente, do processo de “seleção” e “codificação da norma” (HAUGEN, 2011). A imposição linguística ou o imperialismo linguístico, portanto, consiste nos próprios aspectos em como um vernáculo se “desenvolve” como língua, “e na maneira como definições particulares daquilo que conta como língua são construídas e impostas” (MAKONI; PENNYCOOK, 2015, p. 16).

Considerando os aspectos ora discutidos, entendo que as línguas sejam invenções, assim como seus conceitos correlatos (de dialeto, multilinguismo, mudança de código...), cuja noção se assemelha à “discussão feita por Homi Bhabha (1994) a respeito da “narração da nação”, e de Benedict Anderson (1983) sobre as “comunidades imaginadas”” (MAKONI; PENNYCOOK, 2015, p. 14). O entendimento de que língua é uma invenção, portanto, incide em uma narrativa construída socialmente sobre a língua e subjaz às crenças conceituais específicas, como a de subordinação do dialeto, por exemplo.

A padronização ou normatização de uma língua, nesses termos, é uma invenção social, que precisa de um discurso da norma, capaz de “classificar os fatos linguísticos em categorias de certo, errado, bom, mau, puro, padrão etc.” (ALÉONG, 2011, p. 159). O uso “correto” da

língua é amparado por falantes que detêm prestígio social. Além disso, o lugar da língua nos aparelhos de difusão, como a imprensa escrita e, especialmente, a escola, é essencial para a legitimação da forma linguística (ALÉONG, 2011) ou de uma língua em detrimento a outras.

A distinção entre língua e dialeto, sob esse aspecto, não depende de critérios linguísticos, e, sim, do jogo das normas sociais, que implica desigualdades, uma vez que organizam grupos de pessoas em diferentes classes hierarquizadas. Diante dessa regulação social, não é de causar estranhamento que as línguas, as formas linguísticas e os próprios conceitos relacionados às línguas também sofram hierarquias.

Segundo Aléong (2011, p. 159), o próprio “fato de existir um código linguístico investido” como língua legítima é um fenômeno resultante das organizações sociais modernas, que regulam esse uso por meio da inscrição de uma língua oficial, padronizada, prescrita em manuais gramaticais de bom uso. Isso posto, Aléong (2011) entende que os julgamentos, pautados em um ideal normativo, com o apoio de determinadas instituições e grupos de maior prestígio social, podem desqualificar as formas linguísticas que se afastam do padrão de uma língua, ainda que sejam frequentemente usadas por seus falantes, em diferentes situações de interação social.

Nesse sentido, observo as mesmas forças ideológicas operando sobre os julgamentos de línguas no Brasil. A ideologia linguística determina que as línguas aprendidas nas instituições familiares, de forte tradição oral, normalmente afastadas de zonas urbanas (como é o caso das línguas minorizadas de imigração), são dialetos, uma vez que não correspondem ao código linguístico investido pela sociedade como referência de bom uso (como as línguas *standard* nos países europeus ou como o próprio português padrão enquanto língua oficial brasileira). Nesses termos, a língua brasileira de imigração alemã normalmente é denominada dialeto nos discursos hegemônicos (sob um entendimento de inferioridade), enquanto o *standard* alemão europeu, encontrado nos currículos escolares ou em cursos de idiomas, tende a receber o estatuto de língua.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

Com o objetivo de discutir os conceitos de língua e dialeto em contexto de pesquisas de mestrado e doutorado desenvolvidas no Brasil acerca da língua brasileira de imigração alemã, realizo um estudo de revisão bibliográfica (PIAZZANI; SILVA; BELLO; HAYASHI, 2012).

Ancoro os referenciais teóricos na discussão sobre língua, dialeto e nação, pensando nas questões do que é preciso ter uma língua para receber o estatuto de língua.

Procuro por fontes primárias de pesquisa, como dissertações de mestrado e teses de doutorado desenvolvidas no Brasil acerca da língua brasileira de imigração alemã, de 2014 a 2019. A busca, que faz parte de uma pesquisa maior ainda em desenvolvimento, foi realizada nos catálogos de teses e dissertações da CAPES e da BDTD a partir das seguintes palavras-chave: bilinguismo, língua brasileira de imigração, língua alemã e portuguesa, e educação bilíngue. Dentre as estratégias de busca, utilizo, nas bases de dados mencionados, os operadores booleanos OR e AND para combinar termos da pesquisa e ampliar o escopo dos resultados. Nesse sentido, pesquisei trabalhos com “educação OR ensino bilíngue”, língua alemã OR alemão AND língua portuguesa OR português”, etc.

Dentro dessa busca, foram considerados apenas os trabalhos que contemplam o tema da língua brasileira de imigração alemã desenvolvidos em Programas de Pós-Graduação em “Educação”, “Letras”, “Estudos de Linguagem”, “Estudos Linguísticos”, “Filologia e Língua Portuguesa”, “Linguística”, “Linguística Aplicada”, e “Linguística e Letras”. Inicialmente, foram selecionados 55 trabalhos, dos quais 41 são dissertações de mestrado e apenas 14 são teses de doutorado. Para os limites de produção do presente artigo, apresento 15 dessas pesquisas, das quais apenas uma delas se constitui como tese de doutorado. A seleção final teve como critério a eliminação de estudos literários envolvendo a língua de imigração alemã e restringiu pesquisas nos campos dos estudos linguísticos sob uma abordagem social.

4 OS CONCEITOS DE LÍNGUA E DIALETO EMPREENDIDOS NAS PESQUISAS BRASILEIRAS SOBRE A LÍNGUA DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ

Sobre as relações de língua e dialeto, como discutido anteriormente, com base em Haugen (2011), entendo que, por razões políticas, os “dialeto” passam por processos de padronização para que possam se tornar “línguas”. Por essa e outras razões, o conceito de língua é uma invenção social (MAKONI; PENNYCOOK, 2015), comumente imaginado com a nação (LAGARES, 2018; ANDERSON, 2008 [1991]), uma vez que, de um ponto de vista estritamente linguístico, o dialeto não se difere de uma língua (HAUGEN, 2011; ALÉONG, 2011).

Vale considerar que pesquisadores brasileiros têm empreendido estudos sobre o contato linguístico entre a língua portuguesa e a língua de imigração alemã, nos quais expõem as

diferenças teóricas de tratamento entre tais conceitos e utilizam-nos com objetivos distintos ao longo de suas pesquisas.

Identifico cinco dissertações (HORST, 2014; MACHADO, 2016; BERNIERI, 2017; HASSELSTRON, 2018; FORNARA, 2019), dentre os 15 trabalhos selecionados para o presente debate que, amparadas pela abordagem da dialetologia, problematizam a polissemia dos conceitos de língua e dialeto nos estudos linguísticos. Além desses estudos, uma dissertação (MACKEDANZ, 2016), desenvolvida no campo da sociolinguística variacionista, alinha-se, de certa forma, à discussão das pesquisas da dialetologia, apesar de não tratar explicitamente do conceito de dialeto. Nas cinco dissertações (HORST, 2014; MACHADO, 2016; BERNIERI, 2017; HASSELSTRON, 2018; FORNARA, 2019), o dialeto é compreendido a partir da dimensão de uma língua histórica:

Quadro 1. O conceito de dialeto de uma língua histórica.

Com base em Coseriu (1982), Horst (2014, p. 33) explica que “o que diferencia esses dois termos [língua e dialeto] é o seu status histórico, pois um dialeto está subordinado a uma língua de ordem superior [...]. Cada dialeto é uma variedade integrante de uma língua histórica.” (HORST, 2014, p. 33) “[...] do ponto de vista sistêmico não há nada que diferencie língua e dialeto. Ambos possuem uma gramática, um léxico e sistema fonológico [...]” (HORST, 2014, p. 34).
Com base em Coseriu (1980), Machado (2016, p. 32) explica que “dialeto e língua histórica (historische Sprache) estão relacionados, de modo que aquele integra esta última”.
Com base em Coseriu (1982), Bernieri (2017, p. 36) exemplifica os conceitos de língua e dialeto: “mencionamos o francês, italiano, espanhol, português que eram dialetos do latim, e com o passar do tempo, tornaram-se línguas constituídas por seus dialetos, que também podem abarcar distintas variedades dialetais.” (BERNIERI, 2017, p. 36).
“Erroneamente, o conceito de dialeto é interpretado como inferior ao conceito geral de língua. Mas, segundo Coseriu (1982, p. 12), entre língua e dialeto não há diferença de natureza substancial, o que existe é diferença de status histórico (real ou atribuído): “um “dialeto”, sem deixar de ser intrinsecamente uma “língua”, se considera como subordinado a outra “língua” de ordem superior”.” (HASSELSTRON, 2018, p. 36).
“Para Coseriu (1982) todo sistema que pode funcionar na fala é uma língua e o dialeto nada mais é do que uma forma de falar. Logo, o conceito de dialeto corresponde ao conceito de língua e “[...] entre dialeto e língua não há diferença de natureza ou substancial. Intrinsecamente, um dialeto é uma língua: um sistema fonético, gramatical e lexical.”” (COSERIU, 1982, p. 10 apud FORNARA, 2019, p. 40). “Coseriu (1982) demonstra que normalmente subordinamos os dialetos a determinadas línguas porque empregamos um conceito particular de língua – língua histórica ou idioma. Uma língua histórica “[...] não é um modo único de falar, mas sim uma família histórica de modos de falar afins e interdependentes, sendo os dialetos membros desta família.”” (COSERIU, 1982, p. 12 apud FORNARA, 2019, p. 40)
“Tressmann (2008), percorrendo sobre a origem do pomerano, aponta que se trata de uma língua baixo-saxônica, i.e., uma língua saxônica das terras baixas da região do Mar Báltico (região de topografia mais plana, baixa), sendo aparentado com o inglês, de origem anglo-saxônica. Já o alemão, pertenceria a outro grupo de línguas, o Alto-Alemão (das regiões altas e montanhosas do Sul da Alemanha e Suíça). O estudo histórico-comparativo realizado por Tressmann aponta o pomerano como uma língua pertencente à família linguística Germânica e à subfamília Baixo-Saxão. Enquanto o alemão descenderia do Alto-alemão, o pomerano seria originário do Saxão Antigo.” (MACKEDANZ, 2016, p. 24)

Fonte: Autoria Própria.

Fundamentados nos pressupostos do linguista romeno Eugenio Coseriu (1921-2002)⁵, esses cinco pesquisadores brasileiros da dialetologia (HORST, 2014; MACHADO, 2016; BERNIERI, 2017; HASSELSTRON, 2018; FORNARA, 2019) alinham pelo menos uma das compreensões de dialeto aos princípios da descrição histórica, além da funcional e social. A dissertação de Mackedanz (2016), ancorada na abordagem da sociolinguística variacionista, apesar de apresentar a família histórica da língua de imigração em estudo, não explica o termo dialeto (a explicitação política-linguística do conceito dialeto talvez não fosse uma questão para essa pesquisadora por empregar sempre o termo língua para o pomerano estudado).

Nas dissertações citadas acima, os pesquisadores procuraram esclarecer que, ao longo da história dos estudos sobre as línguas, constituiu-se uma relação dicotômica entre os termos língua e dialeto, na medida em que se consolidaram diferentes perspectivas linguísticas, o que resulta na possibilidade de atribuição de diferentes compreensões.

Haugen (2011) explica duas dimensões acerca do tratamento de língua e dialeto nos estudos linguísticos: (i) uma dimensão estrutural e descritiva; (ii) e a outra funcional e social. A dimensão estrutural é resultado da comparação histórica entre as línguas e implicou no reconhecimento “de que as línguas resultaram da dispersão dialetal”, o que “tornou possível começar a chamar as línguas como o inglês e o alemão de “dialetos” de uma “língua” germânica” (HAUGEN, 2011, p. 100). Seu trabalho consiste, através da gramática comparativa, na realização de uma descrição sincrônica da língua em si mesma. Essa descrição reconstrói “a estrutura comum da qual os “dialetos” poderiam ser derivados” (HAUGEN, 2011, p. 101), com base em uma relação genética (o português seria um dialeto do latim, por exemplo).

A dimensão funcional da língua é trabalhada com base na gramática contrastiva, por meio da qual se busca descrever os usos sociais da língua na comunicação, atendendo, portanto, aos usos das variedades linguísticas que os falantes fazem (HAUGEN, 2011).

Apesar dos pressupostos estruturais alinhados aos dialetos de uma língua histórica, convém lembrar que as pesquisas brasileiras aqui mencionadas apresentam o dialeto como um termo polissêmico. A abordagem histórica ao dialeto torna-se uma referência de contextualização da heterogeneidade do que se entende por língua alemã entre esses pesquisadores brasileiros (HORST, 2014; MACHADO, 2016; BERNIERI, 2017; HASSELSTRON, 2018; FORNARA, 2019), que partem de uma dimensão social da língua

⁵ “Eugenio Coseriu nasceu em 1921, na Romênia. Depois de seus estudos na Romênia e Itália, ele se tornou professor de linguística geral e indo-europeia, na Universidade de Montevidéu. Em 1963, foi nomeado professor de linguística romana e geral, em Tübingen, Alemanha” (PINHEIRO, 2018, p. 1).

dentro dos contextos investigados. Nesse sentido, tendem a empregar o termo dialeto ou variedade quando descrevem a língua brasileira de imigração alemã ou quando descrevem o resultado do contato linguístico com a língua portuguesa. O termo dialeto e o termo variedade, como sinônimos, têm sido utilizados nesses estudos para evitar certa homogeneização do que se entende por língua alemã no Brasil, evidenciando sua diversidade pelos falantes do Pomerano, Hochdeutsch, Hunsrückisch, etc (procura-se evitar, assim, a ideia de que todos os falantes de alemão falam um mesmo alemão).

A partir da dimensão funcional da língua, as pesquisas sociolinguísticas, como problematiza Haugen (2011), também hierarquizaram o emprego de língua e dialeto na descrição da situação de línguas aproximativas. Segundo essa hierarquia, a língua corresponderia às formas de comunicação de amplo acesso, que têm potencial para tornarem-se língua veicular, e os dialetos estariam restritos a comunidades locais (HAUGEN, 2011).

Lagares (2018, p. 53), a partir do olhar crítico de Haugen, verbera sobre esse tratamento categórico dado à língua e ao dialeto, explicando que uma língua, nessa percepção, “é um dialeto “desenvolvido”, sobre o qual se aplicou toda uma tecnologia gramatical de codificação que lhe permite funcionar como língua nacional” (LAGARES, 2018, p. 53).

Para evitar a semântica negativa à denominação dialeto quando designado às línguas de comunidades locais, as pesquisas brasileiras no campo da dialetologia e sociolinguística variacionista passam a empregar o termo variedade e língua de imigração sob um olhar político-linguístico:

Quadro 2. O dialeto é denominado língua e/ou variedade.

“[...] o termo dialeto vincula-se historicamente à língua-padrão da matriz de origem (também língua-teto, ou dialeto-padrão), enquanto o termo língua de imigração enfatiza seu status de língua minoritária falada ao lado e à margem da língua oficial do país em que está inserido (cf. ALTENHOFEN 2014b). No presente estudo, quando o foco de análise recair na subordinação histórica do vestfaliano, preferir-se-á a designação variedade dialetal; quando se enfatizar seu status e existência como língua minoritária falada no contexto brasileiro, a preferência será pela expressão língua de imigração.” (HORST, 2014, p. 34).

Para o estudo do contato linguístico e variedades faladas em comunidades falantes de Hunsrückisch e Hochdeutsch (apresentado o Hunsrückisch como uma variedade da língua-teto Hochdeutsch), Machado (2016) trata de dialeto, mas para apresentar a variedade diante do cenário brasileiro, o pesquisador emprega o termo língua de imigração.

“Neste trabalho, utilizaremos com mais frequência os termos “variedade alemã” e “variedade italiana”, porém, ao mencionarmos Língua e Dialeto atribuímos aos dois termos o mesmo valor, pois “[...] todas variedades de uma língua são sistemas estruturados, complexos e governados por regras que são totalmente adequadas para as necessidades de seus falantes”. (TRUDGILL, 2000 p.8).” (BERNIERI, 2017, p. 35).
“Neste trabalho, utilizaremos os termos Língua, Dialeto e Variedade como sinônimos.” (BERNIERI, 2017, p. 40).

“[...] a diferença entre língua e dialeto é muito mais política do que científica, pois, do ponto de vista linguístico, ambos possuem o mesmo valor. A língua seria apenas uma entidade com mais autonomia que o dialeto, mas essa autonomia é social, atribuída pelas atitudes das pessoas” (HASSELSTRON, 2018, p. 36).
“Para fugir da complexidade destes termos, nesta pesquisa optamos por tratar do corpus estudado como variedade” (HASSELSTRON, 2018, p. 36).

“É por conta desse caráter pejorativo que se passa a utilizar mais o termo variedade em detrimento de dialeto. Variedade e dialeto são sinônimos, mas se este é visto como um subsistema subordinado a uma língua, aquela remete a uma forma de falar determinada língua situada geograficamente” (FORNARA, 2019, p. 41)
Com base em Altenhofen e Margotti (2011), Fornara (2019) passa a utilizar o termo língua de imigração quando intenta evidenciar o multilinguismo brasileiro.

“Partindo de tal contexto, caracterizo nesta seção a língua de imigração, o pomerano, em comparação com a língua alemã, bem como evidencio o contexto de imigração subjacente a esse fato linguístico e suas implicações socio-históricas” (MACKEDANZ, 2016, p. 24).

Fonte: Autoria própria.

À luz da sociolinguística variacionista, Mackedanz (2016) se refere aos vernáculos português e pomerano como línguas. Ao longo da dissertação, o pomerano é frequentemente mencionado como língua de imigração, apesar de, para a pesquisadora, a problematização acerca do que se entende por língua e dialeto não ter sido uma questão de debate, assim como foi para os pesquisadores do campo da dialetologia (HORST, 2014; MACHADO, 2016; BERNIERI, 2017; HASSELSTRON, 2018; FORNARA, 2019).

A ponderação feita nas investigações de Horst (2014), Machado (2016), Bernieri (2017), Hasselstron (2018) e Fornara (2019) acerca do emprego entre língua, dialeto e/ou variedade é resultado das implicações políticas e sociais, que podem ora evidenciar ora minorizar as línguas e comunidades linguísticas pesquisadas. Embora o “dialeto” seja notoriamente um objeto de estudos da “dialetologia”, observamos que pesquisadores brasileiros desse campo científico têm refletido e alternado o uso do termo especialmente pela ideologia linguística nacional pautada no monolinguismo. Por isso, na tarefa da descrição linguística, o termo dialeto compete com variedade e, na tarefa de dar visibilidade ao multilinguismo brasileiro, há o emprego do termo língua.

Pesquisadores brasileiros (BREMENKAMP, 2014; RODRIGUES, 2018) da área de concentração da sociolinguística também apresentam esse cuidado em problematizar as construções políticas acerca do dialeto para refletirem sobre a língua brasileira de imigração alemã:

Quadro 3. Língua e dialeto nas pesquisas ancoradas na sociolinguística.

“[...] as diferenças entre um e outro termo [língua e dialeto] são, decerto, políticas” (BREMENKAMP, 2014, p. 184).

“Essa manobra terminológica tem seu mérito, pois ser língua ou dialeto não muda em nada o pomerano, mas o estigma por nomeá-lo dialeto pesa. Tirando-lhe a conotação negativa advinda da nomenclatura dialeto, a língua passa a ser mais considerada na sociedade, sobretudo, para os mais jovens.” (BREMENKAMP, 2014, p. 185)

“O poder está estreitamente relacionado ao que é considerado uma “língua”, que é, muitas vezes, a língua oficial do Estado-nação. Sendo assim, estão relacionadas ao conceito de “língua” as instâncias do poder, a legitimidade, as elites, a norma-culta e a cultura. Já ao que se considera “dialeto”, é reservado um limbo linguístico, uma não-língua, uma visão pejorativa de comunicação” (RODRIGUES, 2018, p. 31).

Fonte: Autoria própria.

Nas dissertações de Bremenkamp (2014) e Rodrigues (2018), observo que a política linguística constitui uma base de discussão para a reflexão acerca das atitudes linguísticas em relação à língua portuguesa e à língua de imigração alemã, desvelando nas comunidades os *status* dessas línguas frente aos seus falantes. Nesses termos, a discussão sobre a língua e o dialeto parte das questões de padronização (ou desenvolvimento) de um dialeto para tornar-se língua (a problematização se coloca na questão de senso comum: sem um padrão, não haveria língua).

No processo de padronização de uma língua, um vernáculo passa por quatro aspectos de “desenvolvimento” linguístico⁶, que conferem a um “dialeto” legitimação de “língua”, a saber: seleção da norma; codificação da norma; elaboração da função; aceitação da comunidade (HAUGEN, 2011).

Esses aspectos, que vão desde uma ordem social a uma ordem linguística, implicam o favorecimento de um grupo de falantes, uma vez que a fixação de um modelo linguístico nacional, como língua oficial, é promovida com base na língua da elite dominante. Nas palavras do linguista Stanley Aléong (2011), que se propõe a discutir as normas linguísticas e normas sociais, “[...] os usos normativos [de uma língua] jamais se distanciam dos das camadas ou classes sociais dominantes” (ALÉONG, 2011, p. 162).

Diante dessas questões, nas pesquisas brasileiras no campo da linguística aplicada, cujo debate perpassa as práticas sociais nas línguas faladas em dado contexto, o termo dialeto não é utilizado com a mesma frequência que é dentro das pesquisas mencionadas anteriormente (em sociolinguística e dialetologia). À língua brasileira de imigração alemã, procura-se atribuir majoritariamente o termo língua (Cf. SPIESS, 2014; EWALD, 2014; MAAS, 2016; HOPKINS,

⁶ A língua desenvolvida é aquela oficializada, utilizada em todas as funções que uma língua pode desempenhar numa sociedade mais ampla que uma comunidade local (HAUGEN, 2011).

2016; CONCEIÇÃO, 2019), embora haja uma pesquisa (BORGES, 2015)⁷ que designe dialeto e outra (KNOB, 2018) que empregue língua e dialeto como termos equivalentes.

Quadro 4. A designação língua na linguística aplicada.

<p>[...] nesta pesquisa será utilizado o termo “multilinguismo” (CÉSAR; CAVALCANTI, 2007), por compreender que toda forma de falar [faz referência ao alemão falado no contexto de pesquisa] é uma língua [...]” (SPIESS, 2014, p. 34).</p>
<p>“Convém acentuar que um sujeito não fala a “língua portuguesa” ou a “língua alemã”, mas uma forma determinada dessas línguas. Como o objetivo desta pesquisa não está ligado aos estudos das variedades das línguas, por convenção, adotamos o termo alemão ou português para denominarmos de modo geral as formas faladas no contexto em estudo” (EWALD, 2014, p. 19).</p>
<p>[...] olhamos para o contexto foco da pesquisa com um questionamento constante em relação ao imaginário criado, historicamente, sobre a correspondência entre uma nação e uma língua” (MAAS, 2016, p. 31). “É com este olhar que concebemos a língua falada pelos sujeitos bilíngues em língua alemã: enquanto minoritária, não por ser inferior ou de menor importância em relação à língua portuguesa, mas por ocupar um lugar à margem no que diz respeito ao reconhecimento, incentivo e amparo dentro das políticas linguísticas oficiais.” (MAAS, 2016, p. 34).</p>
<p>“A língua é uma característica que identifica um indivíduo e o integra a uma classificação identitária. Para ser brasileiro, por exemplo, a língua que se fala é a portuguesa [...]” (HOPKINS, 2016, p. 38). “As línguas de herança, ou as línguas que se aprendem na interação familiar, geralmente em contextos de minoria, não recebem o mesmo reconhecimento como recebe uma língua nacional, ou seja, qualquer língua aprendida em uma instituição de ensino formal.” (HOPKINS, 2016, p. 40) O vernáculo falado pelos participantes é definido, na pesquisa de Hopkins (2016), como língua de herança com base em Valdés (2001).</p>
<p>“Muitas pessoas não conseguiam sequer transitar socialmente sem o alemão, pois era o único dialeto/língua que conheciam, fazia parte da sua identidade. (KNOB, 2018, p. 28) “Signorini (2012) trabalha com a ideia da Sociolinguística que define língua e dialeto como “unidades funcionalmente hierarquizadas”. Assim, “um dialeto é uma língua ‘subdesenvolvida’ – no contexto da sociedade nacional aprendida em sua coesão sociocultural e linguística”. (SIGNORINI, 2012, p. 100).” (KNOB, 2018, p. 29).</p>
<p>“É o caso, por exemplo da ideologia linguística da norma, que desampara sociolinguisticamente quem não domina ou não pratica uma variedade linguística considerada legítima.” (CONCEIÇÃO, 2019, p. 27). “Kramersch (2014) aponta que professores de línguas se veem atualmente desafiados a praticar uma abordagem voltada às necessidades do mundo globalizado, com sua interdependência econômica, migrações em larga escala e tecnologias globais de informação, ao mesmo tempo que esses fenômenos ainda coexistem com uma crescente desigualdade e com a valorização de ideais que encontram suas origens no século 18, como a supremacia das línguas nacionais sobre os dialetos regionais e a manutenção de uma norma codificada como padrão para o ensino e o uso formal (p. 296-297).” (CONCEIÇÃO, 2019, p. 28, grifos nossos).</p>

⁷ A dissertação de Borges (2015), a qual opto por não incluir no quadro 4, designa dialeto o vernáculo alemão falado pela comunidade, embora a discussão sobre o que compreende por dialeto não seja aprofundada. Essa investigação se diferencia das demais porque seu foco de estudo está no ensino de alemão como língua estrangeira, apesar de levantar o debate sobre o contexto de língua de imigração alemã. Ao longo de toda a dissertação, há oito menções ao termo dialeto, em que uma delas situa o Hunsrückisch como um dialeto de base alemã falado no Brasil, com base em Pupp Spinassé (2009 apud BORGES, 2015) e, as demais, situam o dialeto enquanto língua da comunidade, como em: “[...] o dialeto ainda é muito presente na comunidade [...]” (BORGES, 2015, p. 76); “[...] o aluno modifica a letra da canção em que estavam cantando, adaptando-a ao dialeto [...]” (BORGES, 2015, p. 76); entre outros excertos. Os termos dialeto e língua são empregados na diferenciação entre a língua da comunidade e a língua da escola, o que pode reforçar uma certa ideologia linguística acerca do bom uso das línguas, ainda que não seja a intenção da dissertação.

Fonte: Autoria própria.

O emprego do termo dialeto como sinônimo de língua, realizado por Knob (2018), pode encobrir a complexidade política e social entre seus conceitos, ainda que não seja a intenção da pesquisa. Com base em Signorini (2012 apud KNOB, 2018), a dissertação problematiza a hierarquia entre os dois termos e a compreensão de dialeto como uma língua subdesenvolvida. O uso equivalente entre língua e dialeto, provavelmente tem papel de dar igual *status* a tais designações na pesquisa, embora não esclareça explicitamente essa opção.

De modo geral, é importante consideramos, em nossas pesquisas, que há uma tradição, segundo uma ideologia da norma, de designar o dialeto como pertencente a grupos minorizados socialmente, enquanto que a língua, às classes de maior prestígio social e, por isso, automaticamente é reconhecida como a forma “correta” de expressão (HAUGEN, 2011). A diferença linguística, nessas condições, “é aceita enquanto realidade folclorizada; ela tem um lugar numa relação subalterna com a língua legítima, como algo tolerado que enriquece a nação, mas que não deve ocupar os mesmos espaços do idioma oficial” (LAGARES, 2018, p. 52). Por isso, mesmo quando se fala em dialeto para retratar a heterogeneidade linguística dentro de um país, nem sempre se legitima o seu multilinguismo, uma vez que as relações hierárquicas entre as línguas e seus falantes podem ser reforçadas ao invés de reduzidas.

Diante desse cenário, considero importante evidenciar e explicitar as escolhas terminológicas em torno de uma língua socialmente minorizada dentro dos estudos linguísticos brasileiros, como é o caso da língua brasileira de imigração alemã. Os pesquisadores em linguística aplicada, de modo geral, têm problematizado sobre o *status* das línguas brasileiras de imigração quando nomeadas dialetos, socialmente tidos como subalternos às línguas oficiais dos países europeus.

Nas dissertações de Spiess (2014), Ewald (2014), Maas (2016) e Hopkins (2016), observo que o emprego do termo língua, em relação à língua brasileira de imigração, corresponde a um posicionamento político-linguístico para atribuir-se estatuto de língua assim como há para o idioma oficial brasileiro, refletindo sobre o multilinguismo nacional. Essas pesquisas, pois, evidenciam as representações de identidades nacionais baseadas nas línguas oficiais, o que nos aproxima da concepção de imaginário de língua ou de língua como invenção. A tese de Conceição (2019), por sua vez, ressalta, em tom crítico, a desigualdade entre o que se convencionou chamar de língua nacional e o que se convencionou chamar de dialeto regional, desvelando a ideologia linguística relacionada à “supremacia” da “norma legítima”.

Desse ponto de vista, desafiando as ideologias dominantes das políticas linguísticas que legitimam apenas as línguas nacionais, em concordância com Makoni e Pennycook (2015), reflito sobre a importância da “desinvenção da língua”, enquanto entidade estrutural, codificada, oficializada, nacionalizada, da qual o dialeto é subordinado. Chamar a atenção para os conceitos de língua amplamente difundidos, seja no campo da linguística ou no discurso hegemônico, “é uma estratégia de desinvenção importante na busca por uma maneira de evitar que linguistas e linguistas aplicados fiquem prisioneiros de suas próprias categorias semióticas” (MAKONI; PENNYCOOK, 2015, p. 19-20), as quais podem limitar-se às fronteiras territoriais ou genéticas entre língua e dialeto, aos usos funcionais da língua ou dialeto em situação de multilinguismo. Ao invés disso, os autores (MAKONI; PENNYCOOK, 2015) argumentam sobre a importância de pensar as línguas e seus falantes a partir de seus modos específicos.

Quando descrições de hegemonia linguística (direitos linguísticos, imperialismo linguístico e outros) reificam línguas ao invés de considerarem os falantes, quando as línguas são desenvolvidas e promovidas sem a consideração dos falantes, e quando tudo isso é feito no interior de uma abordagem que objetifica e normatiza as línguas, então as línguas enquanto invenções estão sendo privilegiadas em detrimento de seus sujeitos. [...] Nossa perspectiva de desinvenção tomada como estratégia é aquela na qual as línguas estão subordinadas a seus falantes, ao invés de serem hegemônicas sobre eles. (MAKONI; PENNYCOOK, 2015, p. 26).

No contexto político e linguístico deste estudo, afirmo, com base nos pressupostos teóricos em debate, que a diferença entre “língua” e “dialeto”, como apresentam majoritariamente as dissertações e tese elencadas, têm, então, uma dimensão eminentemente social, e não necessariamente linguística. Diante desse debate, quando a reflexão se constitui no âmbito político, observo a preferência, dentre as pesquisas brasileiras acerca da língua de imigração alemã, em áreas da linguística social, por designar língua, e não dialeto, cada vernáculo alemão falado em contextos de descendentes de imigrantes alemães no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de discutir os conceitos de língua e dialeto em contexto de pesquisas de mestrado e doutorado desenvolvidas no Brasil acerca da língua brasileira de imigração alemã, 15 pesquisas, empreendidas nos últimos 5 anos em programas de pós-graduação *stricto sensu*, compuseram o *corpus* de debate deste artigo. Nesses estudos, os conceitos de língua e dialeto são problematizados do ponto de vista de prestígio e estigma e do ponto de vista estrutural, de subordinação de um termo a outro. A abordagem da política linguística perpassa pela

dialetologia, sociolinguística e linguística aplicada para pensar a normatização da língua nacional e a tradição dos estudos linguísticos, que podem reforçar a invenção da hierarquia entre os termos dialeto e língua nos discursos hegemônicos.

De modo geral, os pesquisadores brasileiros na área da linguística, sob uma abordagem social, tendem a reconhecer que o dialeto, no seu sentido mais popular, apresenta uma carga semântica negativa e, por isso, tem sido evitado em alguns trabalhos acadêmicos. Nesse sentido, o “dialeto alemão” (para a língua brasileira de imigração) parece fazer alusão às variedades linguísticas faladas exclusivamente pelos grupos de falantes pertencentes a classes social e/ou economicamente desfavorecidas. Essa alusão aparenta sugerir um julgamento de inferioridade dos vernáculos utilizados por esses grupos de falantes ora mencionados com relação às variedades utilizadas pelas elites, como, por exemplo, o alemão *standard* associado à Europa. Também vale lembrar que a influência do alemão em contato linguístico acaba resultando em marcas na língua portuguesa estigmatizadas socialmente, o que implica refletir na existência de uma designação pejorativa de dialeto para o português em contato linguístico.

Apesar da ideologia monolíngue, em termos históricos, ser recente, está fortalecida nas tradições linguísticas (de produção de gramáticas e dicionários, de educação formal, de mídia impressa e digital, etc.), que “inventa” ou “imagina” um ideal de língua, despertando o sentimento de proximidade entre membros dentro de uma comunidade nação acima de comunidades locais (Cf. ANDERSON, 2008 [1991]; LAGARES, 2018).

Vale destacar, no entanto, que a presença do multilinguismo rompe com a ideologia de identidade nacional unificada e homogênea. A história linguística brasileira, que pode ser narrada a partir de políticas de unidade e coesão linguística em favor de um ideal nacional, no qual um código linguístico é eleito como norma-padrão da língua oficial, é problematizada no cenário científico brasileiro, tomando como base as compreensões socialmente construídas sobre língua e dialeto.

Diante disso, compreendo que a história do desenvolvimento das línguas está intimamente relacionada à história das nações; e que é na identificação com a nação que as pessoas tendem a determinar, nas suas relações sociais, o que é língua e o que é dialeto. No cenário acadêmico, mais precisamente, a língua brasileira de imigração alemã, majoritariamente, tem recebido estatuto de língua para evidenciar o multilinguismo do país, embora não possamos afirmar que este seja um debate encerrado na formação linguística nacional.

Entendo que essa discussão, ancorada na política linguística, precisa perpassar pelas diferentes áreas de estudos linguísticos, uma vez que a literatura específica tem reconhecido que o emprego de termos como língua e dialeto, para designar uma língua socialmente minorizada no Brasil, influencia sobre o estatuto da língua entre os falantes. Nesses termos, evidencio a importância de chamar a atenção para aos conceitos correlatos à língua (como dialeto, variedade, multilinguismo, língua de herança, língua minoritária, língua de imigração, etc.) como uma estratégia política linguística para a “desinvenção” das línguas (MAKONI; PENNYCOOK, 2015), no sentido de problematização de conceitos pré-dados e hegemonicamente difundidos, a fim de que as pesquisas linguísticas estejam a favor dos falantes das línguas. Espero que a universidade, assim, seja um *locus* de legitimação das práticas linguísticas socialmente minorizadas, como é o caso dos usos da língua brasileira de imigração alemã, considerando seus falantes em detrimento das normatizações da ideologia linguística.

REFERÊNCIAS

- ALÉONG, Stanley. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, M. (Org.) **Norma linguística**. São Paulo: Loyola, 2011, p. 141-170.
- ALTENHOFEN, C. V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A.; TILIO, R.; ROCHA, C. H. (Orgs.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013.
- ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1991].
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico** – o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.
- BERNIERI, S. R. **Crenças e atitudes linguísticas em relação a línguas minoritárias: alemão em São Carlos/SC e italiano em Coronel Freitas/SC**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal da Fronteira Sul, 2017.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BREMENKAMP, E. S. **Análise sociolinguística da manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2014
- CALVET, L. J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo, SP: Parábola, 2002.
- CAMBRUSSI, M. F. O efeito das políticas de promoção linguística para as línguas de imigração: o caso do talian e do italiano. **Revista Língua & Literatura**, Frederico Westphalen, v. 9, n. 13, p. 53-68, 2007. Disponível em

<http://www.revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/viewFile/68/129>.
Acesso em: 12 jun. 2020.

CAVALCANTI, M. C. Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias lingüísticas no Brasil. **DELTA**, v.15, special issue, São Paulo, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501999000300015&script=sci_arttext#top10. Acesso em: 30 jan. 2020.

CONCEIÇÃO, R. C. **Plurilinguismo e prática transcultural em escolas alemãs no exterior: políticas curriculares, representações e potencialidades**. 2019. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, 2019.

CESAR, A. L. S.; CAVALCANTI, M. C. Do singular ao multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In: CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (Orgs.). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

EWALD, L. **“Essa mancha ficou!”: memórias sobre práticas de letramento em cenário de imigração alemã**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2014.

FORNARA, Ana Elizabeht. **Aspectos do bilinguismo Deutsch-Português em Saudades-SC e Talian em Nova Erechim-SC**. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.

HASSELSTRON, M. M. **Línguas de imigração em contato com o português no Oeste Catarinense: crenças e atitudes linguísticas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal da Fronteira Sul, 2018.

HAUGEN, Einer. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, M. (Org.) **Norma linguística**. São Paulo: Loyola, 2011, p. 95-112.

HOPKINS, D. K. **Escolarização e plurilinguismo: memórias de falantes de alemão como língua de herança**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional de Blumenau, 2016.

HORST, A. **Variação e Contatos Linguísticos do Vestfaliano Rio-Grandense Falado no Vale do Taquari**. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

KNOB, G. **O sujeito teuto-brasileiro e o (des) uso do dialeto alemão em Chapada**. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Fundação Universidade de Passo Fundo, 2018.

LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos**. São Paulo: Parábola, 2018.

MAAS, M. R. **Escolarização e língua de imigração: representações a partir dos enunciados de três gerações**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional de Blumenau, 2016.

MAAS, M. R. M.; FRITZEN, M. P. “Na verdade é um dialeto que foi se criando desde a imigração”. Representações de acadêmicos de licenciatura acerca da língua alemã no Vale do Itajaí, Santa Catarina”. **EntreVer**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 183-199, jul./dez. 2013.

Disponível em:

<http://stat.cbsm.incubadora.ufsc.br/index.php/EntreVer/article/view/3351/4094>. Acesso em: 30 jan. 2020.

MACHADO, L. L. **Standard e substandard do alemão em contato com o português: variação na competência de fala em Hochdeutsch de falantes de Hunsrückisch**. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

MACKEDANZ, D. **O papel da identidade para a manutenção do Pomerano na Serra dos Tapes, RS**. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pelotas, 2016.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. Desinventando e (re)constituindo línguas. **Working Papers em Linguística**, v. 16, n. 2, 2015.

PIAZZANI, L; SILVA, R. C.; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 12 jun. 2020.

PINHEIRO, C. L. Eugenio Coseriu e a linguística do texto no Brasil. **Organon**, Porto Alegre, v. 33, n. 64, p. 01-16, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/81047>. Acesso em: 12 jun. 2020.

RODRIGUES, L. M. L. **Ações glotopolíticas em Santa Maria de Jetibá – ES: em evidência a língua pomerana**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, 2018.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SPIESS, V. B. **Discursos sobre ensino bilíngue em contexto intercultural: as vozes das famílias**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2014.